

aliás, para o qual o autor, com muita propriedade, chama a atenção. No entanto, seria a festa apenas isto? Talvez fosse preciso um olhar menos pedagógico para acentuar outras características das festas que não a de espetáculo a ser visto. A vivência das exposições, as experiências dos sujeitos, com certeza, ultrapassavam aquilo que estava organizado e, muitas vezes, autorizados aos visitantes. Sobre isso praticamente não se fala. Mas não podemos deixar de apontar para o fato de que, com a afirmação da escola como instituição social responsável pela instrução e pela educação das novas gerações, há uma crescente escolarização do conjunto das atividades sociais, entre elas as festas. Daí, talvez, também tenhamos que olhar nas duas direções: a escola sendo conformada pela práticas sociais e, ao mesmo tempo, conformando-as.

Uma outra questão que o trabalho de Moysés traz à tona refere-se à produção de discursos dissonantes. Qual o contraponto à essa fé acrítica no progresso e na ciência que as exposições celebravam? Quais críticas diferentes grupos sociais dirigiram a essas exposições e seus "produtos"? Como é possível desconstruir sua eficácia pedagógica? Se o autor não se detém sobre esse ponto, nem por isso deixa de indicar uma via para a desconstrução da lógica e das representações presente nessas exposições, ao apontar para as ambigüidades dentro desse processo e para a questão da luta de classes – e, no caso brasileiro, da flagrante exclusão social – sempre ausente nessas vitrinas do progresso.

A qualidade de um trabalho mede-se pelas questões que nos possibilita formular, tanto quanto pelas hipóteses que levanta e pretende demonstrar. Nesse sentido, o trabalho de Moysés, aqui analisado, está entre os grandes trabalhos que, ultimamente, têm sido produzidos no âmbito ou sobre a história da educação brasileira: ele torna possível e inteligível inúmeras questões que antes não sabíamos ou não ousávamos elaborar. E se é a partir de questões que se realiza pesquisa, se é a partir do conhecido que importa descortinar o novo, este trabalho contribui decisivamente para

um conhecimento e para o desenvolvimento de pesquisas acerca da trajetória histórica, dos sujeitos e das formações, das estratégias e das representações que importam decisivamente na produção e na configuração atual da educação brasileira. De diferentes formas, direta ou indiretamente, o trabalho chama a nossa atenção para que nos conscientizemos de um passado que teima em não passar, que se esforça para fazer-se presente, e nos alerta para a fato de que, como dizia Benjamin, se os vencedores continuarem a vencer, nem os mortos descansarão em paz. Somente por isso, se não pelas inúmeras outras razões, o livro merece ser lido e recomendado.

Luciano Mendes de Faria Filho

Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais
lucianom@fae.ufmg.br

Carla Simone Chamon

Centro Federal de Educação Tecnológica
Doutoranda pela Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas Gerais
carlachamon@bfree.com.br

DA FALA PARA A ESCRITA: ATIVIDADES DE RETEXTUALIZAÇÃO

Luiz Antônio Marcuschi

São Paulo: Cortez, 2000, 133p.

Opor dois termos – dizer sim a um ou dizer não ao outro –, apesar de todas as revoluções epistemológicas, é um procedimento lógico crucial e maciçamente presente em nosso cotidiano. Pensar para além de uma dicotomia, de uma lógica alética, é travar uma luta no campo da avareza de nosso imaginário, tão habituado a modelos que cultuam a aristocrática atitude da exclusão. No campo das ciências da linguagem, poucas são as obras que enfrentam o desafio da complexidade, de tomar um objeto e não submetê-lo às facilidades dos dois róis de características contrárias. Mesmo obras que pugnam por um ensino

não aristocrático nem sempre conseguem ir além do isso *versus* aquilo (norma culta *versus* norma popular; cultura erudita *versus* cultura popular; alfabetização *versus* letramento etc.)

O novo livro de Luís Antônio Marcuschi, *Da fala para a escrita*: atividade de retextualização, é uma dessas boas tentativas de tematizar fenômenos que se dão no contínuo entre escrita e fala, sem se acomodar à prática das duas listagens de características contrárias.

Do título do livro, já podemos inferir uma ênfase na prática, no uso da língua, embora, incautos, possamos até imaginar que o campo se estruture por polarizações: um percurso a ser feito entre dois pólos; de um lado a fala, de outro a escrita; do mais concreto para o mais abstrato; do menos formal para o mais formal.

Contrariando essas expectativas, o primeiro capítulo já nos põe de sobreaviso quanto às essas facilitações. Traça um breve histórico das linhas teóricas que tratam o oral por oposição ao escrito, das concepções que procuram afirmar a superioridade de uma modalidade sobre a outra, sobretudo da escrita em relação ao oral. Reconhecendo a importância das contribuições recentes no campo da linguagem e deixando claro seu compromisso sociointeracionista, Marcuschi apresenta o campo entre o oral e o escrito como um contínuo complexo que, apesar de apresentar distinções marcantes, paradoxalmente, não se constitui na forma de dois sistemas ou dois pólos estanques. Mesmo levando em consideração as diferenças de meio (sonoro e gráfico) e de concepção discursiva (oral e escrita), o contínuo dos gêneros textuais evidencia, além de uma zona prototípica em que cada modalidade tem seu acontecimento, seu processo, marcado por traços mais distintos; é igualmente possível isolar zonas de indistinação em que oral e escrito se confundem (por exemplo, o telejornalismo é um gênero oral, escrito ou misto?).

Há, ainda no capítulo I, algumas boas mostras de uma teorização forte, que tem o propósito de extrapolar a dicotomia: os gráficos complexos (p. 38-9, 41) que expressam essa continuidade

de enviesada e recortada por tantas diferenças, que vai da fala para a escrita ou vice-versa. Apesar de os modelos ainda constituírem expressões bidimensionais¹, conseguem ser didáticos e expressam muito bem a complexidade de um contínuo entre fala e escrita que aceita as ambigüidades que se instauram entre a uni e a bidimensionalidade.

No segundo (e último) capítulo, frisando ainda mais seu princípio norteador – que o campo da fala não se opõe ao da escrita por meio de um percurso do tipo “do menos... para o mais...” – Marcuschi apresenta um modelo promissor para a observação de fenômenos que ocorrem nos usos cotidianos da língua, quando as práticas sociais intentam transpor um texto do falado para o escrito.

Tomando essas passagens entre as duas modalidades, mais precisamente a passagem do texto oral para o escrito, como um processo de retextualização, o autor propõe um conjunto de operações analíticas na tentativa de captar os fenômenos responsáveis pelas diferenças entre o texto original e o retextualizado. Propõe um conjunto de nove operações textuais e discursivas que, apesar de constituídas num diagrama e evidenciadas num fluxo que revela uma certa consciência do “retextualizador” (quanto às diferenças entre fala e escrita), o autor adverte que não se trata de uma hierarquia ou de uma seqüência rígida do processo. Esse conjunto de operações prevê ocorrências de estratégias básicas (de eliminação, de inserção, de reformulação etc.) que, podemos supor, ocorrem quando falantes lançam mão (em diversas funções sociais: jurídicas, jornalísticas, intelectuais, pedagógicas etc.) da fala do outro, para dela constituir um outro texto sob o pretexto de que, substancialmente, não alteraria significativamente o que foi dito, apenas aplicaria operações formais para tornar o texto apropriado à escrita ou ao registro escrito.

¹ Salvo engano, para ilustrar esses paradoxos, vemos aí também as possibilidades da Topologia, mais precisamente da faixa de Moëbius que, por si, poderia evidenciar os paradoxos desta unidimensão.

O autor, além de apresentar um diagrama (p. 75) dessas operações, detalha cada uma delas e exemplifica as estratégias, muitas vezes, utilizando textos orais retextualizados. Ao entrar em contato com esses exemplos, o leitor perceberá a importância do modelo e a relevância do tratamento teórico dado pelo autor em diversos campos: na pesquisa acadêmica (etnologia, linguística etc.), jornalismo, direito etc.

Para o campo do ensino de língua materna, esse combate à dicotomia é mais do que oportuno. A escola brasileira, em sua absurda fidelidade a um modelo lusófono de ensino de língua materna, dá as costas às possibilidades da língua oral brasileira, ao conclamar a superioridade de uma certa fala culta tida como mais próxima da língua escrita dos grandes mestres, ou seja, ainda se escuda nessas dicotomias. Contra esse elitismo, o livro nos dá um contribuição crítica significativa ao ensino de língua materna.

Ampliar e sofisticar as relações entre fala e escrita, nos moldes dessas atividades de retextualização apresentadas no livro, são objetivos de pesquisa que caem como uma luva nesse complexo contexto contemporâneo em que, a cada dia, juntam-se novas profissões e atividades que deverão lidar cada vez mais com essas imbricações entre produção oral e escrita, sobretudo se levarmos em conta o amplo e interessante campo das comunicações, mediado por redes e tecnologias, o qual a obra recobre.

Claudemir Belintane

Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo
bntane@usp.br

EDUCAÇÃO E CULTURA: PENSANDO EM CIDADANIA

Maria Alice Resende Gonçalves (org.)
Rio de Janeiro: Edições Quartet, 1999, 148p.

A todo momento vemos referências nos vários *media* a respeito da violação de direitos e, pior,

da ignorância por parte daquele que tem seu direito violado, que pede desculpas por não cumprir seu “dever”. Essas situações lembram-nos de que estamos muito longe do exercício pleno da cidadania, quicá saibamos o que esta palavra significa.

Certamente, este não é um tema novo. Desde pelo menos as discussões entre liberais e socialistas do século XVII ele é atual. O que parece diferente é incluir a educação – que desde sempre pareceu pertencer ao campo do consenso – entre aqueles direitos de cidadania e, mais, que como tal deve ser conquistado, muitas vezes a duras penas.

Trabalhando este tema hoje, muitos têm considerado que o mundo atual, no qual antes do sujeito vem o consumidor e cujo principal caminho de desenvolvimento para os países tem sido o neoliberalismo, a educação constitui, senão a única, pelo menos a principal alternativa de manutenção da igualdade nas desigualdades. Esta é, por exemplo, a visão de Göran Therborn, que defende a educação como uma das únicas fontes, ao mesmo tempo, de resistência e participação no mundo global.

Educação e cultura insere-se exatamente nesse debate, mostrando a intersecção entre conquista de direitos, compreensão da cidadania e educação, principalmente dos que sempre foram considerados excluídos. Para isto, reúne um conjunto de artigos de professores preocupados com a questão no país. São profissionais oriundos das ciências humanas e que têm em comum a preocupação de educar para o exercício consciente dos direitos, objetivando a constituição e consolidação de um país democrático.

No artigo “Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional”, a organizadora do livro, Maria Alice Rezende Gonçalves, discute o mito de fundação do “ser brasileiro” utilizando, para isto, as teorias de Anderson e Hobsbawm, segundo as quais pensar em nacionalidade é pensar em uma invenção. No Brasil, diz a autora, a história da sociedade, forjada a partir da Independência, em 1822, confunde-se com o paradigma das três raças, segundo o qual ser